LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI

LEI Nº 9.279 DE 14 DE MAIO DE 1996

Regula Direitos e Obrigações Relativos à Propriedade Industrial.
TÍTULO III DAS MARCAS
CAPÍTULO XI DA NULIDADE DO REGISTRO
Seção I Disposições Gerais
Art. 166. O titular de uma marca registrada em país signatário da Convenção da União de Paris para Proteção da Propriedade Industrial poderá, alternativamente, reivindicar através de ação judicial, a adjudicação do registro, nos termos previstos no art. 6º "septies" (1) daquela Convenção.
Art. 167. A declaração de nulidade produzirá efeito a partir da data do depósito do pedido.